

PPGE-UFSCar: 40 anos de lutas e êxitos

PPGE-UFSCar: 40 years of fights and successes

PPGE/UFSCar: 40 años de luchas y éxitos

Ester Buffa¹

Universidade Federal de São Carlos, UFSCar, São Carlos-SP, Brasil

Resumo

Neste artigo, com o intuito de comemorar o aniversário de 40 anos do PPGE/UFSCar, a autora, docente do Programa desde o início, partindo do pressuposto de que é preciso preservar as memórias coletivas, rememora a criação do Programa bem como momentos marcantes de sua evolução. Ênfase especial é dada às áreas de concentração do Programa que, historicamente, sofreram transformações. Procura-se também relacionar o PPGE/UFSCar com a Pós-graduação em Educação no Brasil. Como fontes principais, a autora utilizou suas memórias, documentos que escreveu em várias ocasiões e outros listados nas referências.

Palavras-chave: História do Programa de Pós-graduação em Educação. Áreas de concentração. Linhas de pesquisa.

Abstract

In this article, on the pretext of celebrating the 40th anniversary of PPGE / UFSCar, Brazil, the author, who teaches the Program from the beginning, based on the assumption that it is necessary to preserve collective memories, recalls its creation as well as important moments in its evolution. Special emphasis is given to the areas of concentration of the Program that, historically, have undergone transformations. It is also sought to link the PPGE / UFSCar with the graduation in Education in Brazil. As main sources, the author used her memoirs, documents she wrote on several occasions and others listed in the references.

Keywords: History of the Graduate Program in Education. Areas of concentration. Research lines.

Resumen

En este artículo, con el fin de celebrar el 40 aniversario de PPGE / UFSCar, el autor, profesor del programa desde el principio, suponiendo que es necesario para preservar la memoria colectiva, recuerda su creación, así como momentos memorables de su evolución. Se presta especial atención a las áreas de concentración del programa, que históricamente han sido transformadas. Asimismo, se pretende relacionar el PPGE / UFSCar con el marco

¹ Professora titular da UFSCar. Aposentada, permanece como professora e pesquisadora associada ao PPGE. Sendo docente da UFSCar desde 1971 quando foi instalado o curso de Licenciatura em Pedagogia, participa do PPGE desde seu início, em 1976. Tem experiência de ensino e pesquisa na área de Educação, com ênfase em História da Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: história da educação, educação brasileira, história de instituições escolares, arquitetura, urbanismo e educação. Publicou vários livros e artigos de revistas. Foi bolsista produtividade em Pesquisa do CNPq, de 1991 a 2015. É consultora ad hoc do CNPq, CAPES, INEP e FAPESP. É membro do Conselho Editorial de diversos periódicos. E-mail: ester@ufscar.br

de la educación graduada en Brasil. Las principales fuentes, el autor utilizó sus memorias, documentos escritos en varias ocasiones y otros que figuran en las referencias.

Palabras clave: Historia del Programa de Graduación en Educación. Áreas de concentración. Líneas de investigación.

Introdução

Quando, no ano passado, a convite do GT de História da Educação da ANPEd, escrevi e apresentei na 37^a. Reunião, um texto sobre a história deste GT que completava, então, 30 anos e tendo sido eu sua primeira coordenadora, invoquei, no Prólogo, a deusa Mnemósine que, como se sabe, na mitologia grega, é a deusa da memória e do esquecimento. Como convém, reverenciava a deusa, solicitando-lhe memória para narrar e cantar os feitos bravios de um grupo de denodados pesquisadores que fizeram do ensino e da pesquisa não só seu exercício profissional, mas a beleza e a graça maior de suas vidas (BUFFA, 2016). Sabendo que recordar é também perigoso, pedia-lhe que, num momento de comemoração, como aquele, ela me poupasse de lembrar dissabores, fraquezas, desânimo, cansaço, amarguras, desencantos, desconsiderações. Queria, naquela ocasião, como quero, hoje, alcançar a verdade, no sentido que lhe davam os gregos, a *aletheia*, ou seja, o não esquecimento.

Apelo também para a etimologia da palavra comemoração do latim *cum* (junto) e *memorare*, isto é, recordar. Então comemorar é recordar junto o que está na memória e, sabemos, que é preciso preservar as memórias coletivas.

O PPGE/UFSCar² teve um nascimento nobre. No momento, anos 1970, que os Programas de Pós-graduação em Educação começavam a ser organizados, o caminho empreendido foi o da improvisação. Uma vez decidida a criação de um Programa, buscavam-se, na instituição, docentes que fossem titulados ou considerados de notório saber. Escolhidos os professores, eram definidas as disciplinas que eles poderiam lecionar, compondo-se, assim, o currículo. Os professores poderiam pertencer a diferentes departamentos ou faculdades, uma vez que, num sentido lato, tudo pode ser considerado educacional. A diversidade do corpo docente apresentou uma face positiva, por compensar o isolamento institucional e acadêmico, advindo, em grande parte da desarticulação das faculdades de filosofia, ciências e letras, mas, ao mesmo tempo, uma face negativa, por resultar de um processo de composição inorgânica (CUNHA, 1991, p. 40).

A criação do PPGE/UFSCar cuja implantação ocorreu em 1976 foi muito diferente. A própria UFSCar vivia, então, sua infância, pois fora implantada em 1970 e eu fora contratada, em março de 1971, como professora do curso de Pedagogia. Foi elaborado um Programa, com áreas de concentração, um currículo que previa disciplinas e atividades comuns e específicas para cada área e foram contratados professores para nele atuarem.

Em 1974, um pequeno grupo de 3 professores, Alvaro Rizzoli, Betty A. de Oliveira e eu, foi conversar com Dermeval Saviani, na tentativa de seduzi-lo para vir para a UFSCar montar aqui um Mestrado em Educação. Além de professores da UFSCar, éramos mestrandos da UNIMEP³, no Programa recém-criado e desenvolvido por

² Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos.

³ Universidade Metodista de Piracicaba.

um grupo de docentes da PUC/SP⁴. Aquilo que desejávamos e que considerávamos uma empreitada difícil acabou acontecendo: Saviani aceitou o convite. O Reitor era o professor Luiz Edmundo de Magalhães que propôs um convênio com uma instituição voltada à pesquisa educacional, a Fundação Carlos Chagas, FCC. Parecia e foi, por um curto período, o melhor dos mundos. A narrativa desta fase heroica, como afirma Saviani, em que havia pouca experiência, porém muita garra e energia, pode ser lida no artigo que foi publicado no número 16, de março de 1976, dos Cadernos de Pesquisa da FCC, com o sugestivo título *Universidade Federal de São Carlos: mais um Programa de Pós-graduação em Educação?*, cujos autores foram Dermeval Saviani e Maria Amélia Goldberg. Encontram-se, neste artigo, a fundamentação, a justificativa, os objetivos, o currículo, as áreas de concentração, as disciplinas, e a estrutura do Programa. Tratava-se de um Programa inovador. Talvez tenha sido este o seu pecado. Também é possível rememorar esta história, consultando o número 5 do *Informando*, uma publicação do PPGE criada durante a coordenação do professor Paulo Nosella. Este número de 2001 foi um número especial comemorativo dos 25 anos do PPGE e trazia impressas as falas proferidas pelo professor Saviani, por Lucíola Licínio Paixão Santos, aluna da terceira turma e por Maria de Lourdes Bontempi Pizzi, primeira secretária do PPGE, no evento então organizado (PPGE/UFSCar, 2001). Como vemos, todo este início está bem registrado e documentado.

O projeto curricular desta proposta inicial do Mestrado em Educação previa duas áreas de concentração – Pesquisa Educacional e Planejamento de Ensino – justificadas pela necessidade de formar, por um lado, o pesquisador educacional como profissional especializado na investigação básica, de caráter não imediatista e, por outro, o especialista voltado para os problemas de currículo e de ensino, que investiga e produz conhecimentos de natureza mais imediata, aplicados a problemas específicos e restritos (SAVIANI; GOLDBERG, 1976, p. 2).

Quando o PPGE iniciou suas atividades em 1976, eu acabara (1975) de defender a dissertação de Mestrado, sob a orientação de Saviani. Durante o primeiro ou segundo semestre deste mesmo ano, atuei, numa disciplina ministrada por Saviani, como uma espécie de monitora, auxiliando-o, o que, na verdade, era para ir aprendendo a trabalhar na Pós-Graduação. Considerei esta experiência tão importante que, mais tarde, já doutora e tendo responsabilidade de ministrar disciplinas, convidei uma professora da minha área, recém-chegada à Universidade para desempenhar função semelhante. No final de 1976, fui para Paris para realizar o doutorado. Betty já estava na Alemanha realizando um estágio (doutorado sanduíche). Na época, havia, salvo engano, uns 2 programas de Doutorado no Brasil: USP⁵ e UFRGS⁶ e poucos mestrados em educação. Na verdade, a experiência da Pós-graduação no Brasil era muito recente. O Programa de Pós-graduação em Educação da PUC/SP iniciou-se em 1977.

Ao retornar de Paris, no início de 1980, o PPGE era outro: nem mais Saviani, nem mais o pessoal da FCC – Bernardetti Gatti, Maria Amélia Goldberg, Marília Andrade, Guiomar Namó de Mello, nem mais Mirian Warde e Maria Luisa Ribeiro que haviam sido contratadas pela UFSCar, professores todos com quem sonhara

⁴ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

⁵ Universidade de São Paulo.

⁶ Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

trabalhar. Foi a primeira grande crise do PPGE motivada por desentendimentos e vaidades tão comuns na Academia. Outras crises viriam.

A primeira reestruturação do PPGE

Era preciso prosseguir. E prosseguimos, enfrentando dificuldades de várias ordens. Os mestrandos da primeira turma estavam na fase de iniciar a dissertação e os orientadores já não estavam mais aqui. Findo o convênio UFSCar-FCC, e mesmo antes, professores de Filosofia e de Ciências Humanas – História, Filosofia, Sociologia, Economia, Psicologia e alguns da área de Educação foram contratados. Estes professores ministravam disciplinas no curso de Licenciatura em Pedagogia e no Mestrado em Educação, os dois únicos existentes no então chamado Instituto de Tecnologia Educacional – ITE – que, mais tarde, foi denominado Centro de Educação e Ciências Humanas – CECH. Dois departamentos compunham o ITE, depois CECH: o Departamento de Tecnologia Educacional – DTE e o Departamento de Fundamentos Científicos e Filosóficos da Educação – DFCFE. Havia certa especificidade nos departamentos, embora um tanto fluida em função da própria institucionalização da UFSCar e também das vagas para contratações de professores. Grosso modo, pode-se afirmar que o DTE tinha a escola como foco de estudos enquanto o DFCFE dedicava-se à educação, num sentido mais amplo até mesmo por concentrar professores das ciências humanas. Daí o nome do departamento. Bem mais tarde, quando novos cursos foram criados no CECH, deste departamento surgiram vários, sendo um deles, o de Educação, DEd. Do DTE surgira o Departamento de Metodologia de Ensino.

Quando o ITE foi criado, a moda educativa era a Tecnologia Educacional. Vivíamos, então, o período dos governos militares, da teoria do capital humano, da educação considerada como investimento, voltada à formação de profissionais requeridos pelo acelerado processo de industrialização e urbanização do país. Havia urgência na construção da infraestrutura necessária a este processo: estradas, viadutos, portos, aeroportos, edifícios públicos, comunicações, etc. e urgência na formação de mão de obra especializada. Neste período em que não havia computadores pessoais, muito menos a web, tecnologia educacional era o uso, nas aulas, de ferramentas muito simples como retroprojetor, projetor de slides e trabalho em grupo. Tratava-se de evitar o *magister dixit*, isto é, as aulas expositivas, consideradas, então, ultrapassadas, ineficientes além de pouco atrativas.

No DFCFE, como já afirmei, havia professores da área de ciências humanas que não manifestavam interesse pela área de Educação, embora desenvolvessem suas atividades nos dois cursos de Educação. Cansei de ouvir, de alguns destes professores, a seguinte frase: educação não existe. Mas, como, me perguntava, até que um dia entendi: a educação não existe enquanto objeto digno de investigações teóricas. Bourdieu já nos ensinou que existe uma hierarquia nos objetos de investigação, dos mais aos menos socialmente prestigiados. Para estes professores de Humanas, a educação era uma prática. Ah! Bom. Mas, havia também professores, esta era a proposta de Saviani, que, embora não tivessem cursado Pedagogia, faziam da educação o ponto de partida e de chegada de suas pesquisas, interesses e atuação. O ponto positivo desta situação foi a oxigenação dos estudos, do debate, impedindo que o departamento ficasse nos estreitos limites do pedagogismo. O negativo é que para

muitos, a educação era vista como coisa menor, um objeto totalmente desprestigiado, embora atuassem em cursos de educação.

No DTE havia professores de Psicologia e da área de Educação, mais preocupados com a prática educacional, planejamento, avaliação, metodologia de ensino, formação de professores.

Dadas estas características dos dois departamentos do CECH responsáveis pelas duas áreas de concentração do Mestrado, foi decidido que as áreas de concentração herdadas dos tempos do convênio inicial precisariam passar por adaptações e reformulações, em face da nova situação. Em 1978/79, a reformulação maior ocorreu na área de Planejamento de Ensino que passou a se chamar Metodologia de Ensino. Os autores da nova proposta propunham, como objetivo principal, a formação de profissionais capacitados, prioritariamente, no desenvolvimento de pesquisas centradas quer em aspectos específicos, quer em aspectos amplos do planejamento. Almejavam formar profissionais que pudessem encarar o ensino como atividade permanente de pesquisa. O Ensino de primeiro grau passou a constituir a temática de pesquisa e de ensino desta área de concentração. Os proponentes justificavam tal escolha pela presença de uma grande população escolar neste grau na rede pública de ensino; pela força dos mecanismos sociais de seletividade que geram inadaptação, reprovação e evasão de alunos, de forma mais contundente neste nível de ensino e pela necessidade de elaboração de propostas alternativas de atuação, para que os alunos do ensino público pudessem ter uma experiência escolar significativa, numa perspectiva democrática. Por sua vez, a área de Pesquisa Educacional fez apenas algumas adaptações necessárias e conservou sua denominação (BUFFA, 1987, p. 3).

Após a solicitada demissão de Saviani e dos professores da Fundação Carlos Chagas, episódio que costuma ser designado, eufemisticamente, como o fim do Convênio, assumiu a coordenação do PPGE, o professor José Albertino Rodrigues que, em 1980, foi substituído pelo professor Waldemar Sguissardi cuja atividade mais imperativa foi a de preparar a solicitação do credenciamento do PPGE. Assim, o PPGE foi credenciado pelo CFE, em 1982, com estas duas áreas de concentração: Pesquisa Educacional e Metodologia de Ensino. A primeira dissertação fora defendida em abril de 1980.

Após o credenciamento, avaliações da área de concentração em Pesquisa Educacional, realizadas por professores e mestrados revelaram a necessidade de uma reestruturação que procurasse superar os principais problemas detectados. Basicamente, as dificuldades encontradas eram de 3 ordens. Primeiramente, as disciplinas oferecidas aos mestrados pouco se relacionavam entre si revelando forte fragmentação do saber. Além disso, havia certa ruptura entre os conteúdos das disciplinas e os temas das dissertações, o que dificultava o trabalho de pesquisa dos orientandos. Finalmente, notava-se certa inadequação entre a área de Pesquisa Educacional e a formação da maioria dos docentes que nela trabalhavam. Esta situação favoreceu a improvisação que, como já afirmei, não fora a marca de origem do PPGE.

A reestruturação que se fez, então, na área de concentração em Pesquisa Educacional teve uma característica fundamental bastante peculiar: tentou-se a nova experiência, inicialmente, na prática, deixando-se para um momento posterior sua reestruturação formal. Assim, durante os anos de 1983/84, realizou-se uma experiência de estudos centrados na leitura e discussão dos clássicos do pensamento, sob a forma de um

seminário coletivo, do qual participavam alunos e professores da área de concentração. O tema básico de investigação era Educação e Trabalho.

Após algum tempo, foi possível avaliar a experiência e detectar seus acertos e limites. O limite maior é, como sempre, o ser humano. Esta experiência foi tão ou mais traumática que o denominado fim do Convênio. Penso que somente minha ingenuidade, à época, me fazia acreditar que isto poderia dar certo. Em 1984, assumi a coordenação do PPGE e minha missão principal era a de, sobre os escombros, coordenar a nova reestruturação curricular da área que foi denominada Fundamentos da Educação. Esta reestruturação preservou da experiência prática, um núcleo amplamente reconhecido como positivo, que era o de buscar os fundamentos da educação na leitura e discussão de textos de autores considerados clássicos. O fio condutor destes estudos era a educação como questão histórica, desenvolvido no primeiro ano do curso, denominado de Estudos Básicos, em que se procurava compreender os fundamentos históricos, filosóficos, econômicos e sociológicos da educação. Aos Estudos Básicos seguiam-se os Estudos Avançados que visavam a aprofundar questões mais específicas da educação contemporânea. Esta nova organização aprovada em 1985, entrou em vigor em 1986.

O PPGE manteve estas duas áreas de concentração – FE e ME – até 2010, quando uma nova reformulação extinguiu as duas áreas e as substituiu por linhas de pesquisa. A gestão do PPGE nunca foi fácil. No fundo, cada área tinha autonomia em muitos aspectos e havia os que defendiam que constituíssem, de fato, dois programas distintos. O exemplo do Mestrado em Educação Especial que surgira como um Programa independente os inspirava. Porém, havia os que sempre lutaram pela existência de um único Programa, com disciplinas e atividades comuns. No fundo, prevalecia certa justiça salomônica na proposta de disciplinas comuns (que acabaram desaparecendo), na escolha do coordenador, do vice-coordenador, nas representações acadêmicas, etc.

Os 10 anos do PPGE/UFSCar

Deveria ter sido em 1986, mas foi em 1987 que realizamos o evento comemorativo dos 10 anos do PPGE com a organização de um Seminário bastante significativo. Eu era coordenadora do PPGE e uma comissão foi formada para organizar o Seminário que tinha como principais objetivos oferecer uma oportunidade para uma autoavaliação do Programa – seus momentos, sua produção, as questões teóricas debatidas e a formação dos mestrandos – com a participação de seus integrantes. Pretendia-se também discutir diretrizes de pesquisa e ensino a serem desenvolvidas a médio e longo prazo, bem como suscitar a discussão mais ampla relativa à possibilidade de implantação do Doutorado em Educação. Para realizar estes objetivos foram organizadas mesas redondas, uma delas especialmente dedicada ao possível doutorado que foi efetivamente implantado em 1991. Destas mesas redondas participaram expressivos educadores especialmente convidados como Saviani, Bernardette Gatti, Acácia Kuenzer, Miguel Arroyo, Vera Candau, Carlos Roberto Jamil Cury, Gaudêncio Frigotto. Da mesa redonda que teve por tema – Doutorado em Educação na UFSCar: uma proposta - participaram Jamil Cury, Gaudêncio Frigotto e Paolo Nosella. O Seminário encerrou-se com uma conferência seguida de debate cujo tema foi A Educação no século XX, proferida pelo eminente professor italiano Mario Alighiero Manacorda, especialmente convidado.

Nesta ocasião, foi elaborado o Catálogo de Dissertações defendidas no PPGE com o intuito de subsidiar a avaliação do caminho percorrido. Foi também elaborado o logotipo do PPGE que, com satisfação, noto, é usado ainda hoje. Do Seminário participaram ativamente docentes e ex-docentes, mestrandos, mestres e demais especialistas convidados que deram importantes contribuições para que o PPGE empreendesse novos e necessários passos.

A implantação do Doutorado em Educação

As discussões sobre a implantação do doutorado, impulsionadas pelo debate havido no Seminário comemorativo dos 10 anos do PPGE, frutificaram. Cada área discutiu e apresentou seu projeto. Na área de FE, muitos professores e alguns mestrandos participaram das discussões. A redação do projeto foi escrita por Paolo Nosella e por mim. Em julho de 1990, a CPG do PPGE aprovou a criação do Doutorado e no mês seguinte foi aprovada pelo Conselho de Ensino e Pesquisa da UFSCar, CEPE. Em 1991, quando o Mestrado completava 15 anos, o Doutorado entrou em funcionamento. A primeira tese foi defendida em agosto de 1996.

Num artigo publicado no ano de 1991, Luiz Antonio Cunha fez um pequeno balanço da Pós-graduação em Educação no Brasil que completava, então, ao menos no sentido estrito, 25 anos. Afirma Cunha que, neste ano, havia 26 Programas de Mestrados e 07 de Doutorado credenciados e que mais programas, principalmente de Mestrado, estavam em fase de pedido de credenciamento. As teses e dissertações defendidas passavam de 3.500, sendo 150 delas de doutorado (CUNHA, 1991, p. 39).

As áreas de concentração do doutorado eram as mesmas do Mestrado: Fundamentos da Educação e Metodologia de Ensino. Na área de FE, as linhas de pesquisa constantes do Projeto de Doutorado eram as seguintes: Educação e trabalho; Educação brasileira contemporânea; Fundamentos (econômicos, sociológicos, históricos e filosóficos) da educação; Educação Básica (da pré-escola ao ensino médio) com temas específicos: ideologias, propostas e formação de docentes. Ao longo do tempo, as linhas foram se modificando, tendo permanecido as de Fundamentos da educação e Educação e trabalho (PPGE/UFSCar, 1991, p. 5-9).

Na área de ME, as linhas de pesquisa iniciais que orientaram o mestrado desde a criação desta área eram: metodologias de ensino nas áreas específicas (alfabetização, ciências e matemática); processo de ensino-aprendizagem; planejamento de ensino, avaliação de ensino; formação de professores. Por ocasião do projeto de doutorado, elas foram reestruturadas. O processo de ensino-aprendizagem passou a ser o núcleo temático da área e as linhas foram as seguintes: planejamento de ensino; avaliação do ensino e da aprendizagem, e formação e aperfeiçoamento de professores e demais agentes educativos (Proposta do Doutorado, 1991, p. 115-121)

Pode-se hoje, afirmar que o PPGE, com seus altos e baixos, com suas diversas crises e soluções, é um Programa consolidado. Em termos de produção discente, até outubro de 2016, foram defendidas 390 teses e 920 dissertações. Atualmente, há no PPGE, 90 mestrandos e 167 doutorandos.

A reformulação do PPGE em 2010

Um novo Regimento Interno do PPGE elaborado após uma reforma substantiva que extinguiu as duas áreas de concentração e as substituiu por sete linhas de pesquisa foi aprovado pela Comissão de Pós-graduação da UFSCar, em 25.08.2010 (atualizado em 2014). A Norma Complementar ao Regimento foi aprovada pelo Colegiado dos docentes do PPGE alguns dias depois, em 31.08.2010. Estes foram os únicos documentos que obtive sobre esta reformulação.

Acredito que se chegou a esta nova estruturação do Programa e a estes documentos legais, após discussões, debates e avaliações do Programa feitas na ocasião. Uma proposta sempre é precedida por uma avaliação do que existe e uma justificativa das mudanças necessárias. Nada disto consegui encontrar, parece que nada ficou registrado. Nenhum texto que explicasse os motivos que levaram o PPGE a enveredar por este caminho. Nem consta que houvesse exigências superiores (CAPES, CoPG)⁷ neste sentido.

O Regimento Interno trata das normas que regem a vida do Programa. A menção às Linhas de Pesquisa é feita, *en passant*, apenas quando se afirma que “o orientador será designado pela Linha de Pesquisa”. Este regimento foi atualizado e aprovado pela CPG do PPGE em 15.09.2014 (389^a. reunião) e pela Comissão de Pós-Graduação, CoPG em 24.09.2014.

A Norma Complementar no. 1 de 2010, aprovada pelo Colegiado dos docentes do PPGE, elenca as Linhas de Pesquisa, as disciplinas ofertadas e respectivas ementas, os créditos exigidos para o Mestrado e o Doutorado. As Linhas de Pesquisa, a parte mais substantiva da reforma, só aparecem quando o documento menciona as disciplinas optativas oferecidas por cada uma delas, um leque muito amplo. Muitas disciplinas elencadas, na ocasião, não apresentaram ementas. As linhas são as seguintes: 1. Educação em Ciências e Matemática; 2. Educação Escolar: teorias e práticas; 3. Educação, cultura e subjetividade; 4. Estado, Política e Formação Humana; 5. Formação de professores e de outros agentes educacionais, novas tecnologias e ambientes de aprendizagem; 6. História, Filosofia e Sociologia da Educação; 7. Práticas Sociais e processos educativos.

Tudo isto me parece, no mínimo, muito estranho. Gostaria de ter encontrado as razões que motivaram a reformulação e as justificativas da nova proposta. Gostaria de ter encontrado uma apresentação de cada linha, com a temática própria, os objetos de estudos e pesquisas, os objetivos, a produção do grupo – dissertações, teses, publicações – enfim, tudo o que justifica e sustenta cada linha. Não encontrei nada a este respeito e esta não é a tradição do PPGE. Memória deste período não tenho, pois não o vivenciei, já que estava aposentada. É certo que continuei e continuei como professora e, sobretudo, orientadora de pós-graduandos, mas não vivia o dia a dia do Programa. Conhecendo a vida acadêmica e, especialmente o PPGE, como conheço, posso imaginar muitas coisas e temo que tudo tenha sido motivado muito mais, infelizmente, por desentendimentos pessoais e dificuldades de convivência do que por motivos científicos e acadêmicos. Em todo caso, são suposições. Creio que após seis anos de funcionamento com esta nova estrutura avaliações devem ter sido feitas e estas são sempre necessárias. Seria interessante que os que viveram esta reformulação de 2010, escrevessem sobre a proposta que entrou em vigor: motivação, justificativas, objetivos, para que esta história não se perdesse. Repito: considero fundamental a preservação das memórias coletivas.

⁷ CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior. CoPG – Conselho de Pós-graduação.

Autoavaliação e avaliações do PPGE

A autoavaliação bem como a avaliação dos Programas de Pós-graduação por instâncias externas é um ponto nevrálgico e necessário, porém de difícil execução. A dificuldade é muito mais que técnica, embora esta seja grande.

Como sabemos, há muito tempo, a instância governamental que avalia e atribui notas aos Programas de Pós-graduação das universidades públicas e particulares é a CAPES. A Comissão formada por professores/pesquisadores de nossas universidades para realizar a avaliação desempenha uma tarefa muito árdua sob todos os pontos de vista. É uma avalanche de informações, planilhas, dados de cada Programa, de três ou quatro anos, que devem ser analisadas em pouco tempo. Os itens da avaliação trienal, agora a cada 4 anos, me parecem pertinentes.

Sucedem que, com o tempo, devido às mudanças pelas quais passou o país e, conseqüentemente a educação brasileira, cujo aspecto mais visível diz respeito ao expressivo crescimento de estudantes e professores de todos os graus da escolarização, a avaliação tem priorizado aspectos quantitativos. Em nome de resultados palpáveis das pesquisas, muitas vezes financiadas por agências governamentais, chegou-se a um quantitativismo e a um produtivismo exacerbados. Se, anteriormente, a publicação acontecia porque se tinha conhecimentos relevantes a difundir, já há algum tempo a situação inverteu-se: é preciso publicar a qualquer preço. Jocosamente se diz: publique ou morra!

Assim, todos têm que publicar e nos (poucos) melhores periódicos que, por sua vez, foram “*qualificados*”, numa alusão ao programa que avalia as revistas, o Qualis. A luta que a área de Educação vem empreendendo na CAPES para que sejam considerados, para pontuação, também os livros publicados e não apenas os artigos dos periódicos, bem o demonstra. Escrever é necessário, ler é contingente. Participar de um Congresso, principalmente quando realizado em outro país, para expor um *paper* é obrigatório, mas participar da exposição de colegas e debater o assunto é facultativo. São poucos os que vão a congressos com este intuito. Participar de um congresso, principalmente quando realizado em outro país, custa muito caro. As agências financiadoras viram seus recursos minguarem e, assim, fica difícil conseguir algum financiamento. Mas, é preciso participar, expor trabalhos e registrá-los no Lattes.

A exigência de que os docentes e discentes da Pós-graduação tornem públicas suas pesquisas, afinal financiadas com o dinheiro público, isto é, com os impostos pagos por uma população desprovida do básico, é saudável. No entanto, com todas as dificuldades e precariedades sobejamente conhecidas, muitos resultados têm sido nefastos, como por exemplo, excesso de trabalho em diversas frentes: ensino, pesquisa, orientação, publicação, bancas de todo tipo, processo seletivo dos candidatos à Pós, além dos desgastes em inúmeras reuniões administrativas (para nem mencionar as incontáveis greves) têm levado os protagonistas da Pós a muitos problemas de saúde. Cada um se vira como pode: às vezes, requeitando artigos, outras, trabalhando excessivamente, a ponto de deixar de lado a vida pessoal com mais lazer, prazer e criatividade.

Com a crescente popularização da graduação, sabemos que a Pós-graduação sempre confere prestígio à instituição e a seus dirigentes e possibilita aos graduados uma sobrevivência escolar, mormente quando o emprego se torna escasso. A qualidade

dos Programas, atualmente a área de Educação conta com mais de 100 mestrados, é discutível.

Finalmente, não gostaria de concluir esta fala sem mencionar um dos males que, em minha opinião, assola a escolarização brasileira em todos os níveis: trata-se do assistencialismo, do populismo e do coitadismo. Propostas de investir em talentos, defesa do esforço pessoal, do mérito são vistas, por certos setores sociais, como propostas elitistas, retrógradas, defendidas por aqueles que jamais se importam com os fracos e oprimidos.

Aproprio-me de reflexões feitas por Luiz Antonio Cunha, no artigo já citado, sobre elitismo, palavra que, no Brasil assumiu conotações imprecisas, principalmente onde viceja o populismo. Se elitismo significa favorecer os já favorecidos em detrimento de todos os outros, então deve ser mesmo combatido. A palavra elite tem também outro significado. Assim um curso pode ser de elite sem ser elitista. A Pós-graduação só pode ser de elite porque visa a formar uma elite, ou então não é Pós-graduação (CUNHA, 1991, p. 45).

Neste caso, elitismo se refere à excelência e se liga plenamente à concepção educativa de Kant para quem educar é desenvolver em cada indivíduo toda a perfeição de que ele é capaz. Utopia? É possível, mas, não se vive sem utopias.

O contrário de um curso de elite que visa a preparar os maiores talentos de um país, recrutados em todas as camadas sociais, é um faz de conta, um curso acadêmica e cientificamente inexpressivo, sem rigor nem resultados de verdadeira excelência. Com os resultados que a grande maioria de nossas escolas e alunos exhibe nas amplas avaliações nacionais e internacionais é possível afirmar que, no Brasil, o ensino não foi democratizado, mas meramente massificado. Com o populismo, rebaixa-se o nível cultural geral dos alunos e o pior é que isto não garante o êxito dos mais frágeis enquanto eles forem reconhecidos pelo que lhes falta e por suas incapacidades.

Referências

- BUFFA, E. **Histórico do PPGE/UFSCar**, 1987, 5p., (circulação interna).
- BUFFA, E. Os 30 anos do GT de História da Educação da ANPEd: sua contribuição à constituição do campo, **Revista Brasileira de História da Educação**, vol. 16, no. 4(43), 2016, p. 393-419.
- CUNHA, L. A. Pós-graduação em Educação: no ponto de inflexão?, **Cadernos ANPEd**, Nova Fase, no.3, 1991.
- PPGE/UFSCar. A primeira fase do PPGE, sob a ótica dos atores de sua implantação. **Informando**, n.5, jun./jul 2001, especial de aniversário de 25 anos do PPGE.
- PPGE/UFSCar. Norma complementar no. 1 ao Regimento de 2010, aprovada pelo Colegiado dos docentes do PPGE em 31.08.2010.
- PPGE/UFSCar. Proposta do Doutorado, São Carlos, 1991, (circulação interna).
- PPGE/UFSCar. Regimento Interno atualização aprovada pela CPG do PPGE em 15.09.2014 (389ª. reunião) e pela CoPG em 24.09.2014.
- PPGE/UFSCar. Regimento Interno do PPGE/UFSCar, 25.08.2010.
- SAVIANI, D.; GOLDBERG, M. A. Universidade Federal de São Carlos: mais um Programa de Pós-graduação em Educação. São Paulo: **Cadernos de Pesquisa** da FCC, no. 16, março de 1976 (encarte).

Enviado em: Abril 19, 2017. Aprovado em: Maio 10, 2017.